



EDUCAÇÃO E FINANCIAMENTO PÚBLICO: uma análise sobre a formação
profissional em Serviço Social

EDUCATION AND PUBLIC FINANCIAMENTO: an analysis of professional training in
Social Work

Fabiana Nayara Pereira de Moura
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

RESUMO

A história do Serviço Social no Brasil remonta desde o ano de 1936, a partir de então, muitos questionamentos foram levantados a cerca dessa formação profissional. Partindo desse pressuposto, este estudo objetiva analisar as repercussões do financiamento público na qualidade e expansão da formação profissional em Serviço Social. O propósito considerado para o desenvolvimento desta pesquisa foi o de verificar, a partir das características do ensino superior privado, como esse financiamento público repercute na formação e expansão de profissionais de Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior. Financiamento público. Serviço social. Formação profissional. Qualidade de ensino.

ABSTRACT

The history of Social Service in Brazil dates back to 1936, since then, many questions have been raised about this professional training. Based on this assumption, this study aims to analyze the repercussions of public funding on the quality and expansion of vocational training in Social Work. The purpose of this research was to verify, from the characteristics of private higher education, how this public financing has repercussions on the training and expansion of Social Work professionals.

KEYWORDS: Higher education. Public financing. Social service. Professional qualification. Teaching quality.

KEYWORDS: Slave labor. Social movements. Collective social actions

1 INTRODUÇÃO

Analisando o histórico da educação no País, é possível constatar a sua importância para a ascensão social e formação do indivíduo enquanto ser humano, tendo em vista, a necessidade de difundir o ensino, e assim formar cidadãos críticos e atuantes na sociedade, para que esta possa ser mais equitativa e igualitária.

Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo geral analisar as repercussões do financiamento público na qualidade e expansão da formação profissional em Serviço Social.



Os objetivos específicos norteiam-se em: Examinar a Política de Educação no Brasil; Discutir as políticas públicas de financiamento e acesso a educação superior no Brasil; Analisar a expansão e a qualidade de ensino na formação de profissionais em Serviço Social e Alencar as principais potencialidades e dificuldades na formação em Serviço Social, em instituições privadas. Dito, isso a pergunta que norteia o estudo é: Quais as repercussões do financiamento público na qualidade e formação profissional em Serviço Social?

É propósito desse estudo, conhecer as principais características que norteiam o ensino privado, a partir de uma análise das configurações do financiamento público e do ensino ofertado, visando investigar a formação profissional contemporânea. Para tanto, a pesquisa norteia-se no embasamento teórico de diversos autores. Desse modo, cabe a esse trabalho aprofundar o conhecimento em relação às políticas estudantis vigentes, o perfil dos seus beneficiários e as implicações dessa modalidade para a formação profissional. Destarte, objetiva-se também, avançar nos debates e estudos relacionados à democratização do acesso ao ensino superior, contextualizando a oferta de ensino do sistema educacional privado.

2 A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO NO BRASIL: entre a reforma do ensino superior e destinação do fundo público ao capital privado

A política educacional diz respeito às ações que partem do Poder Público em relação à educação, objetivando atender as demandas sociais de acordo com as suas necessidades. Sua periodização na sociedade brasileira durante a época da colonização ocorreu pelos portugueses, por intermédio dos jesuítas que atuavam na catequização dos povos nativos que habitavam o país.

De acordo com Aranha (1996) o sistema jesuítico perdurou por 210 anos desde sua chegada ao Brasil em 1549 com Tomé de Sousa, até a Reforma Pombalina em 1759, onde o Marquês de Pombal insatisfeito com os jesuítas conseqüentemente os expulsam da colônia e implanta um novo modelo de ensino. Visto que, até então, o método de ensino era direcionado pelo *Ration Studiorum*¹, conforme explica Veiga (2000, p. 42):

O plano *Ratio Studiorum* dominou a educação no Brasil até a expulsão dos jesuítas pós Pombal em 1759. Após os jesuítas, não ocorreram no país grandes movimentos pedagógicos, como são poucas as mudanças sofridas pela sociedade colonial durante

¹ O *Ratio Studiorum* originou-se publicamente em 1599, sendo um conjunto de normas e estratégias, que visava à formação integral do homem cristão, de acordo com a fé e a cultura e a cultura daquele tempo. GHIRALDELLI Jr., P. O que é filosofia da educação? Rio de Janeiro: DPA, 1999.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



o Império e a República. Pombal tentou secularizar a educação no sentido de que ela fosse assumida pelo Estado, ocorrendo uma desorganização ao substituir o controlado e organizado sistema jesuíta.

Assim, com a expulsão dos jesuítas, nota-se uma grande mudança no padrão de ensino no Brasil. Para o país essa expulsão significou entre outras coisas a eliminação do sistema educacional que prevalecia desde a chegada dos povos jesuítas, bem como a sua secularização, ficando agora a cargo do Estado.

Assim, com a expulsão dos jesuítas, nota-se uma grande mudança no padrão de ensino no Brasil. Para o país essa expulsão significou entre outras coisas a eliminação do sistema educacional que prevalecia desde a chegada dos povos jesuítas, bem como a sua secularização, ficando agora a cargo do Estado.

No período de 1930 a 1945, o Brasil atravessou um período de transição no cenário político, econômico, social e principalmente no educacional, representando uma fase de instalações de setores que visavam derrubar o sistema oligárquico vigente e implantar uma nova forma de Estado no país. Diante disso, no que diz respeito à educação Veiga (2000, p.47) expõe que:

O governo revolucionário de 1930, Vargas instituiu o Ministério da Educação e Saúde Pública. Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, preconizando a reconstrução da social da escola na sociedade urbana e industrial. A educação é percebida como instrumento de ação política contra a ordem vigente, como meio de recomposição do poder político.

No governo de Getúlio Vargas (1930-1934), criam-se o Ministério da Educação e Saúde o qual tem o ministro Francisco Campos como executor da mesma. Até então não existia por parte do governo um órgão dedicado a Educação Nacional, mesmo com esse avanço nota-se a atenção dada à educação por parte dos governantes ao compartilhar com a saúde o mesmo ministério. Ainda como grande conquista dessa política, em 1931 entra em vigor o Estatuto das Universidades Brasileiras que perdurou por até 1961, quando foi promulgada a Lei n. 4024, Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que criou o Conselho Federal de Educação, objetivando formular uma política educacional no Brasil, especificamente na área do ensino superior. Afirmando-se a universidade propriamente oficial, ou seja, de caráter público (federal, estadual ou municipal), e também livre, podendo-se criar instituições privadas. (SOARES, 2002).

A ação do Ministério da Educação e Saúde efetivou-se através da chamada Reforma Francisco Campos, através de uma série de decretos, dentre eles o Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931, instituiu-se o Estatuto das Universidades, propondo em seu artigo 1º:

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931).

Dito isto, no Brasil, para se ter acesso a uma política de educação com garantia do ensino público, foram necessárias diversas reivindicações da população por meio dos movimentos sociais em prol de direitos. Assim, destaca-se a importância dos movimentos sociais em torno da luta pela educação pública. Apenas no século XX é que a educação será garantida como direito por meio de políticas públicas, principalmente a partir dos anos 1990, quando são desencadeadas importantes reformas educacionais que contribuíram para a expansão do seu acesso.

Através da CF de 1988, foram estabelecidas questões importantes referentes ao sistema educacional, promovendo assim, uma ampliação na democratização do ensino e no papel da família e do Estado, que passou a exercer seu dever por meio da implementação de políticas públicas.

Ainda na década de 1980 e 1990 a educação foi marcada pelo movimento reformista no âmbito das políticas educacionais. Assim, nota-se que essa reforma objetivava tanto promover o acesso à educação quanto manter o nível de qualidade nos cursos ofertados, mostrando que o capitalismo entendera que a educação era a principal fonte de transformação social.

Em 1996, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que representou um marco na questão educacional, estabelecendo que o ensino deveria ser prestado tanto através de escolas públicas quanto privadas. A aprovação da LDB favoreceu não apenas as instituições públicas, mas também o setor empresarial, que almeja apenas o lucro com as atividades educacionais, tornando assim a educação um setor mercantilizado. Instituiu ainda, o dever do Estado perante o financiamento da educação. A aprovação ocorreu por meio da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Neste contexto, a educação é um direito fundamental dos indivíduos e está presente na Constituição brasileira e na LDB. Desta forma, o acesso ao ensino superior passa a ser gradativamente almejado por inúmeras pessoas, pois possibilita um maior reconhecimento destas no meio social, a busca por melhores condições de vida e trabalho e, ainda, uma valorização do próprio sujeito.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



O século XXI é marcado pelo crescimento acelerado da demanda pela formação profissional qualificada e pelo ensino de nível superior, a busca por tal formação criou a necessidade da implementação e ampliação de programas de democratização do ensino superior.

A reforma e as políticas de acesso à educação superior no Brasil são compreendidas a partir da análise do projeto neoliberal elaborado durante os anos de 1990. Neste período houve um fortalecimento da educação superior como campo de exploração do capital. “A privatização da educação superior ocorreu nos anos de contrarrevolução neoliberal no Brasil por meio de duas estratégias principais: diversificação das Instituições de Ensino Superior (IES) e dos cursos e diversificação de suas fontes de financiamento” (LIMA, 2007, p.135).

No período neoliberalista o processo do acesso à educação superior adquire nova racionalidade através de dois mecanismos básicos: a erupção do setor privado e a privatização interna das instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Dito isso, com base no primeiro mecanismo pode-se analisar em que direção ocorreu o aumento do número de ingressantes ao ensino superior nos anos de 1990 e início do novo século. De acordo com informações disponibilizadas pelo Censo 2002 ao final do governo Cardoso (1998-2002) o ingresso em IES públicas somava 320.354, enquanto nas IES privadas 1.090.854 (BRASIL, MEC/INEP, 2002).

O projeto neoliberal da universidade brasileira iniciou-se, segundo Sguissard (2003, p. 02):

[...] a partir do ajuste neoliberal da economia e da reforma do Estado dos anos 1990, e que adquire melhores contornos conceituais e de organização a partir do *Plano Diretor da Reforma do Estado* (1995), da LDB (Lei 9.394/96), da Lei das Fundações (Lei 8.958/94), da Legislação (diversas medidas provisórias, Leis, Decretos) sobre os Fundos Setoriais e do conjunto de Decretos, Portarias, PEC's, Projetos de Lei (da Autonomia, da Inovação Tecnológica, entre outras), etc. que visaram configurar as novas relações entre Estado, Sociedade (empresas) e Universidade. Enfim, o novo modelo de universidade no Brasil.

Desta forma, a contrarreforma ocorrida no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, trouxe uma concepção de universidade limitada ao ensino, a partir da sua fragmentação em ensino, pesquisa e extensão; submetendo a formação profissional às exigências impostas pelo capital juntamente com a precarização do trabalho docente.

O governo de FHC foi marcado por diversas mudanças no âmbito educacional, desde a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, nº 9.394/96) mencionada anteriormente, até decretos e programas voltados ao ensino superior ou a todos os níveis de educação.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



A partir do Decreto de 20 de outubro de 2003, que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) incumbido de analisar a situação da educação superior brasileira e apresentar um plano de ação visando à reestruturação, desenvolvimento e democratização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), deu-se início o processo de reforma da educação superior do Governo Lula (Otranto, 2000). O relatório final do GTI conta quatro partes que apontam a emergência da reforma universitária: de ações emergenciais; autonomia universitária; financiamento e as etapas para a reforma universitária.

Segundo Dias (2004), a contra reforma do governo Lula tinha como objetivo principal:

Estabelecer parcerias público-privadas como eixo da expansão da educação superior do país, robustecendo essas instituições de venda de serviços educacionais. Maximizar a ajuda amíga a este setor do empresariado capitalista com a compra de vagas nas suas instituições com o dinheiro do contribuinte salvando assim esse setor falido. Destruir consistentemente a educação (p.31).

No ano de 2011 a presidenta Dilma Rousseff inicia seu governo dando continuidade aos programas de expansão do ensino superior iniciados no governo Lula. Durante seu governo a presidenta afirmou a necessidade de continuar investindo para estimular o desenvolvimento da ciência e tecnologia, expos também a importância das políticas: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Ciências Sem Fronteiras e o Plano Inova Empresa.

No que concerne ao orçamento público destinado a instituições de ensino privado, pode-se afirmar que o fundo público passou a assumir cada vez mais importância no capitalismo contemporâneo e está presente na reprodução do capital e da força de trabalho, (SALVADOR, 2010).

O fundo público está presente na reprodução do capital nas seguintes formas:

- a) Como fonte importante para a realização do investimento capitalista. No capitalismo contemporâneo, o fundo público comparece por meio de subsídios, de desonerações tributárias, por incentivos fiscais, por redução da base tributária da renda do capital como base de financiamento integral ou parcial dos meios de produção, que viabilizam a reprodução do capital.
- b) Como fonte que viabiliza a reprodução da força de trabalho, por meio de salários indiretos, reduzindo o custo do capitalista na sua aquisição.
- c) Por meio das funções indiretas do Estado, que no capitalismo atual garante vultosos recursos do orçamento para investimentos em meios de transporte e infraestrutura, nos gastos com investigação e pesquisa, além dos subsídios e renúncias fiscais para as empresas.
- d) No capitalismo contemporâneo, o fundo público é responsável por uma transferência de recursos sob a forma de juros e amortização da dívida pública para o capital financeiro, em especial para as classes dos rentistas (SALVADOR, 2010).



Portanto, o fundo público integra-se mesmo que indiretamente na reprodução geral do capital, por meio de subsídios, de agente negociador de títulos de condições de investimentos dos capitalistas, sendo um elemento presente e de suma importância na reprodução da força de trabalho, tornando-se única fonte de criação de valor na sociedade capitalista.

Ao analisar a Constituição Federal, constata-se que no artigo 212 é determinado constitucionalmente, a quantidade de recursos financeiros (originário dos impostos) que deve ser aplicada na educação para a viabilização e concretização das políticas voltadas para esta área.

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino (BRASIL, 1988).

Assim sendo, observa-se que os impostos são a principal fonte de financiamento da Educação, mas não a única. Além dos impostos, a educação pode ser financiada por várias outras fontes como impostos próprios da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, receita de transferências constitucionais e outras transferências, receita da contribuição social do salário-educação e de outras contribuições sociais e outros recursos previstos em lei.

3 POLÍTICA DE FINANCIAMENTO PÚBLICO À EDUCAÇÃO E SERVIÇO SOCIAL: uma análise dos programas de financiamento estudantil do Governo Federal e seus impactos na formação profissional

Atualmente, as políticas moldam-se de acordo com as modificações ocorridas na estrutura e organização da sociedade capitalista, originadas pelo desenvolvimento tecnológico, científico e pelo processo de globalização econômica e neoliberalismo político-ideológico. Neste sentido, grandes são as alterações ocorridas no cenário educacional brasileiro. Diante do processo de globalização, por meio do incremento das novas tecnologias de informação e comunicação, acompanha-se, além da expansão, a criação de novos cursos, de novas Instituições de Ensino Superior e modalidades de ensino para atender a demanda de estudantes existentes.

De acordo com Azevedo (2003) pode-se analisar a existência das políticas públicas em três âmbitos: redistributivas, distributivas e regulatórias. As políticas públicas redistributivas consistem em redistribuição de “renda na forma de recursos e/ou de financiamento de

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



equipamentos e serviços públicos” (AZEVEDO, 2003, p. 38). O autor ressalta que as políticas públicas distributivas implicam nas ações cotidianas que todo e qualquer governo precisa realizar, elas dizem respeito à oferta de equipamentos e serviços públicos, mas na sua maioria, são executadas de forma pontual ou setorial, de acordo com a demanda social ou a pressão dos grupos de interesse. Já, as políticas públicas regulatórias, consistem na elaboração das leis que autorizarão os governos a implementarem ou não determinada política pública redistributiva ou distributiva, esta, ocorre essencialmente, no campo de ação do poder legislativo.

Como implemento para essa reforma o Governo Federal passou a incentivar a expansão dos setores públicos e privados. Através da contenção de gastos no setor público e da adoção de uma política de liberalização e de estímulo para o setor privado, com destaque, para o PROUNI e FIES que na última década se mostram como mecanismos de democratização do acesso ao ensino superior.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI)², foi institucionalizado no governo de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2010), visa atender as universidades privadas e tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo (integrais ou parciais) não apenas em cursos de graduação, mas também em cursos sequenciais³. Muitos são os benefícios das instituições que aderem ao programa, entres esses benefícios está à isenção de tributos. Ao analisar dados de abrangência é perceptível ver a expansão do PROUNI que desde a sua criação já atendeu mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais.

Para a manutenção do PROUNI, e com objetivo de financiar bolsas de estudos, já que devem ser ocupadas às vagas ociosas no sistema privado, o governo instituiu o Fundo de Financiamento Estudantil de Ensino Superior (FIES)⁴, destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores privados. Desde a sua criação no ano de 1999, o FIES vem sofrendo modificações por parte do MEC, para que desta forma o programa possa aperfeiçoar-se e adequar-se a realidade das políticas públicas destinadas à estudantes de ensino superior.

Em relação ao processo de construção da formação profissional em Serviço Social seu “surgimento do Serviço Social no Brasil remonta aos primeiros anos da década de 1930,

² O Programa Universidade para Todos (PROUNI) estabeleceu-se por meio da Medida Provisória 213 de 10/09/04, regulamentado pelo decreto nº 5.245 de 15/10/2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005.

³ Cursos que apresentam formação técnica e profissional em um curto prazo. Os seguintes cursos são regulamentados pelo Ministério da Educação (MEC) através do parecer Nº: CES 968/98. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1998/pces968_98.pdf Acesso em: 14/11/2016.

⁴ O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) criou-se pela Medida Provisória nº 1.827, de 27 de Maio de 1999, sendo posteriormente convertido na Lei nº 10.260/2001.

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



como fruto da iniciativa particular de vários setores da burguesia, fortemente respaldados pela Igreja Católica, e tendo como referencial o Serviço Social europeu” (MARTINELLI, 1993, p.121).

De acordo com Baptista (2009, p.18):

O serviço social brasileiro foi instituído em um momento em que as contradições, os conflitos e as tensões dessas relações emergiram com força no processo de consolidação de sua criação, foi no sentido de operacionalizar uma terceira alternativa para o enfrentamento da questão social - nem o comunismo, nem o capitalismo selvagem, o “humanismo cristão” – tendo por base uma doutrina social: a da Igreja Católica.

Assim, diante desse contexto de contradições emerge a necessidade de um profissional capaz de intermediar os diversos tipos de conflitos que se manifestavam na consolidação de uma nova sociedade, tendo como base a doutrina social imposta pela Igreja Católica.

No que se refere aos cursos privados de Serviço Social, verifica-se, que a sua gênese se deu esmagadoramente no período de 1964-1985 em instituições não universitárias, de acordo com a política de educação do ensino superior vigente na época. Compreende-se assim, que a política educacional da ditadura militar permitiu a inserção da categoria profissional, no plano da formação, em instituições de caráter pública e privada.

Essa mercantilização do ensino superior, conforme já discutido anteriormente, iniciou-se no período militar, mas teve seu processo acirrado no período pós 1995 com os governos civis liberais. Tal processo acarretou ao Serviço Social um crescimento desmesurado de suas instituições de ensino, tornando-o uma área explorável, efetivando-se a sua laicização e o empresariamento do seu ensino via setor privado e não mais confessional, além disso, acarretou uma descaracterização no que se refere aos conhecimentos e habilidades necessários para um desempenho profissional de qualidade, bem como más condições de trabalho.

Destarte, nos últimos anos, nota-se um crescimento exorbitante do quadro profissional do Serviço Social, decorrente de vários fatores, entre eles: a expansão acelerada do ensino superior privado (que se intensificou com a criação das universidades à distância, provocando implicações na qualidade acadêmica da formação) e o aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e diminuição na descoberta científica. A formação universitária massificada e com uma menor qualidade, propiciam uma submissão dos profissionais às demandas e normas impostas pelo mercado atual, que tendem a um processo de politização à direita da categoria. Esse aumento precário e desmesurado vem acompanhado de crescimento do desemprego, más condições de trabalho, insegurança no emprego e de concorrência no mercado profissional. A oferta de trabalho dificilmente acompanhará o crescimento do

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



numero desses profissionais, podendo ocasionar um exército assistencial de reserva (IAMAMOTO, 2014).

Sobre a massificação da formação profissional, Iamamoto (2011, p.40) postula que:

A hipótese que se pode aventar é que o crescimento do contingente profissional, ao tempo em que eleva a lucratividade nos negócios educacionais [...] poderá desdobrar-se na criação de um exército assistencial de reserva. Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com o mundo do trabalho.

O processo de ampliação/privatização repercute no Serviço Social, uma vez que o processo de aligeiramento coloca desafios para a formação e também para o exercício profissional. A má formação de um profissional acarreta a incapacidade teórica crítica necessária para intervir de forma qualificada, é necessário que o profissional faça valer os objetivos e fundamentos dispostos no Código de Ética Profissional e no Projeto Ético-Político da categoria.

Então, ao analisar o Serviço Social no âmbito da sua formação profissional, compreende-se que:

[...] a contrarreforma, necessidade estrutural para o capitalismo tardio, é frontalmente contraditória ao projeto de formação profissional dos assistentes sociais, que compõe o projeto ético político hegemônico. Ao contrário, adequando a formação da mão de obra intelectual a um novo modelo de produção também busca-se adequar os assistentes sociais, bem como outros profissionais ligados principalmente a instituições da superestrutura da sociedade, a uma nova forma de regulação e reprodução social, mediada por um novo perfil das políticas sociais (CISLAGHI, 2011, p. 261).

Dito isso, contata-se que o movimento de contrarreforma do ensino Superior acarreta impactos significantes na formação profissional em Serviço Social que vem vivenciando diretamente as estratégias utilizadas pelo o capital.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista, os aspectos mencionados durante o estudo, compreende-se a Educação como pilar de crescimento, principalmente para a camada da população que vive em situação econômica vulnerável. Destarte, a Educação como direito de todos e dever do Estado deve ser provida a todos os cidadãos. Dito isso, cabe ao Estado garantir os referidos direitos que encontram-se na Constituição Federal de 1988, possibilitando a camada

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



populacional o acesso aos mesmos. Para isso, a implementação de políticas públicas, originaram-se como papel fundamental na efetivação desses direitos e no atendimento das inúmeras demandas da sociedade.

No que concerne a políticas públicas, ressaltou-se no estudo, especificamente o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), ambas destinam-se a garantir o acesso ao ensino superior por parte da população de baixa renda, através de bolsas de estudos e financiamento estudantil.

Destarte, tratando de políticas de financiamento público, que propõem o acesso ao ensino superior, nota-se que a política de financiamento possibilitou um maior incentivo por parte do Governo na expansão dos setores públicos e privados, com o intuito de conter gastos públicos, adotando assim, uma política de liberalização de verbas para o ensino privado que beneficiária ambos os setores.

Em relação à formação profissional do Serviço Social Brasileiro, o estudo nos possibilitou uma maior compreensão a cerca dos sujeitos que usufruem dos programas de financiamento estudantil do Governo Federal e da Instituição de Ensino Superior que adere a essas políticas. Assim, compreende-se que a educação e o financiamento público vêm possibilitando o ingresso de estudantes oriundos de diversas camadas da sociedade no ensino superior, mesmo com todas as regras impostas pelo atual governo.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JR., Orlando A. *et al.* (Orgs.) **Políticas públicas e gestão local**. Rio de Janeiro: Fase, 2003, p. 38.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A Prática Profissional do Assistente Social: teoria, ação, construção do conhecimento**. Volume 1. São Paulo: Veras, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____, Decreto nº 19851 de 11 de abril 1931. **Estatuto das Universidades**. Disponível em: <https://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1985-11-abril-1931-505837-publicacaoriginal-1-pe.html>. Acesso em 28 de setembro de 2016.

BRASIL/MEC/INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira. Relatórios Técnicos. Resumo Técnico 2002**. Disponível em

II Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas

“Estado e Políticas Públicas no Contexto de Contrarreformas”

20, 21 e 22 de junho de 2018

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas - UFPI - Teresina - Piauí



http://www.inep.gov.br/download/superior/censo/tabelas_resumo_tec_.xls Acesso em 15 de março de 2018.

CISLAGHI, Juliana Fiúza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contrarreformas do ensino superior: o impacto das mais recentes propostas do governo Lula. **Serviço Social e Sociedade**. n. 105. São Paulo: Cortez, abr./jun. 2011.

DIAS, Edmundo Fernandes. Reforma Contra Revolução? O governo Lula. **Universidade e Sociedade, Brasília**, ano XIV, nº34, p.23-24, out.2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out/dez. 2014.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na educação superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, I. P. A. Projeto **Político-Pedagógico da escola: uma construção possível**. 10 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

SGUISSARD, Valdemar. **A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva**. (2003) Disponível em <http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/0470.pdf> Acesso em 15 de março de 2018.

SOARES, M. S. **A educação superior no Brasil**. CAPES, Porto Alegre, 2002.